LT 525 kV ABDON BATISTA 2 – CURITIBA OESTE E SE CURITIBA OESTE

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

Março/2025

LINHA DE TRANSMISSÃO (LT) 525 kV ABDON BATISTA 2 – CURITIBA OESTE E SUBESTAÇÃO (SE) CURITIBA OESTE.

– ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL –

março/2025

SUMÁRIO

[5 LEGISLAÇÃO PERTINENTE 4](#_Toc187844990)

5.1 Legislação Ambiental Aplicável ao Empreendimento

5.1.1 Políticas e licenciamento ambiental

[5.1.2 Uso e ocupação do solo 9](#_Toc187844993)

[5.1.3 Unidades de Conservação e outras áreas protegidas, e intervenções legalmente autorizadas 10](#_Toc187844994)

Conservação de Fauna e Flora

5.1.5 Compensação Ambiental

[5.1.6 Recursos hídricos superficiais e subterrâneos 14](#_Toc187844997)

[5.1.7 Emissões Atmosféricas 15](#_Toc187844998)

[5.1.8 Ruídos 16](#_Toc187844999)

[5.1.9 Poluição do solo e Efluentes Líquidos 16](#_Toc187845000)

Resíduos Sólidos

[5.1.11 Saúde Pública e Saneamento Básico 17](#_Toc187845002)

Comunidades indígenas, quilombolas, pesqueiras e outras tradicionais

5.1.13 Patrimônio Cultural, Artístico, Histórico e Arqueológico 17

[5.1.14 Legislação Municipal 18](#_Toc187845005)

[5.2 A Legislação Técnica Aplicável ao Empreendimento 19](#_Toc187845006)

[5.3 Demandas Judiciais/administrativas diversas 25](#_Toc187845007)

# LEGISLAÇÃO PERTINENTE

Este Capítulo apresenta uma descrição da legislação ambiental e técnica aplicável ao projeto de licenciamento da LT 525 kV Abdon Batista 2 – Curitiba Oeste e Subestação Curitiba Oeste. A análise tem como finalidade subsidiar o órgão ambiental competente no processo de licenciamento ambiental e o empreendedor em suas tomadas de decisão por meio de um referencial básico que ajude na compreensão do meio ambiente e dos objetivos desse EIA, bem como os aspectos jurídicos relacionados à construção e operação do empreendimento.

Há de se considerar que os estudos socioambientais devem recair sobre todo o conjunto de intervenções pretendidas, locais e regionais, diretas e indiretas, que apresentem conexão com as ações apontadas no projeto de engenharia. Nesse sentido, todas as normas ambientais e técnicas que direta ou indiretamente sejam aplicáveis devem ser observadas.

Com a publicação da Lei nº 6.938/81, que, antes mesmo da promulgação da Constituição Federal de 1988, instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), o Brasil começou a incluir a variável ambiental nas tomadas de decisão concernentes aos empreendimentos ou atividades que utilizam recursos naturais. Esse processo vem se intensificando, e o arcabouço legal brasileiro, em termos de normas ambientais, tem demandado cada vez mais a institucionalização do desenvolvimento sustentável nas diferentes organizações, governamentais ou não.

A implantação de empreendimentos em cumprimento a estas normas, desenvolvendo iniciativas capazes de mitigar os impactos ambientais negativos, é a condição essencial para uma gestão estratégica eficiente dos recursos naturais. Neste contexto, apresentam-se, na sequência, os principais requisitos legais que regulam o processo de licenciamento ambiental para a implantação de projetos na área de energia nas esferas federal, estadual e municipal.

* Diretrizes do Licenciamento Ambiental

O licenciamento ambiental é uma obrigação legal prévia à instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou que degrade o meio ambiente. A obrigação de licenciar é compartilhada pelos órgãos estaduais de meio ambiente e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), como partes integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA).

As principais diretrizes para a execução do licenciamento ambiental estão expressas na Lei Federal nº 6.938/81 e nas Resoluções CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986, e nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Adicionalmente, a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, discorre sobre a competência estadual e federal para o licenciamento, tendo como base a localização do empreendimento.

Considera-se ainda o Decreto nº 8.437, de 22 de abril de 2015, que dispõe sobre a tipologia de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União, e que define, em seu art. 3º, § 3º, que os empreendimentos serão licenciados pelo órgão ambiental federal:

Quando forem caracterizadas situações que comprometam a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, reconhecidas pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), ou a necessidade de sistemas de transmissão de energia elétrica associados a empreendimentos estratégicos, indicada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

A Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011 indica a esfera de licenciamento (federal, estadual e municipal) a depender da localização do empreendimento. A competência do licenciamento ambiental da LT 525 kV Abdon Batista 2 – Curitiba Oeste e Subestação Curitiba Oeste, inicialmente se enquadra como de competência federal, visto que o empreendimento é localizado em dois ou mais Estados, conforme Art. 7º da referida Lei.

No entanto, a Graúna Transmissora de Energia S.A., por meio da Carta CE-STEP-TO-0006-V.1, requereu ao IBAMA análise quanto à possibilidade de delegação de competência, à luz da Instrução Normativa 8/2019, visto que o empreendimento está localizado principalmente no estado de Santa Catarina. Nesse contexto, o IBAMA delegou ao IMA/SC em XXXXX, por meio do Ofício XXXX, o licenciamento ambiental da LT 525 kV Abdon Batista 2 – Curitiba Oeste e Subestação Curitiba Oeste.

Ainda, considerando que a LT supracitada é uma linha de transmissão de grande porte (V ≥ 230 kV) e será instalada na região do bioma Mata Atlântica (Lei Federal n° 11.428/156), se faz necessário adotar o procedimento ordinário de licenciamento ambiental, ou seja, elaborar o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental.

* Procedimentos do Licenciamento Ambiental

A solicitação de abertura de processo com o objetivo de licenciar ou regularizar um empreendimento junto ao IMA deverá ser feita exclusivamente por meio do endereço eletrônico dos Serviços On-line Software de Licenciamento Ambiental Web (SinFAT Web). O empreendedor deve cumprir cinco etapas, sendo elas:

* Etapa 1: Cadastro do empreendedor/empreendimento;
* Etapa 2: Seleção da modalidade de licenciamento;
* Etapa 3: Detalhamento da modalidade de licenciamento;
* Etapa 4: Emissão dos documentos de Formulário de Caracterização do Empreendimento Integrado (FCEI) e Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais (DARE) e Instrução Normativa (IN); e
* Etapa 5: Pagamento do DARE e envio da documentação digital solicitada.

A abertura do número do processo de licenciamento no IMA só ocorre após as cinco etapas iniciais e a entrega do EIA, juntamente com as certidões de conformidade de uso e ocupação do solo de cada prefeitura municipal que o empreendimento intercepta.

## A Legislação Ambiental Aplicável ao Empreendimento

Os empreendimentos de transmissão de energia desencadeiam diversas situações que devem ser analisadas e equacionadas à luz da legislação pertinente, em níveis federal, estadual e municipal.

Nesse contexto, foi realizado um levantamento das principais leis, decretos, resoluções, instruções normativas e portarias, selecionando-se os textos que realmente têm uma aplicação direta e imediata em empreendimentos dessa natureza. Nessa pesquisa, foi dada ênfase especial às exigências de ordem constitucional, às preocupações com a proteção ao meio ambiente e às necessidades associadas ao licenciamento ambiental.

Os tópicos abaixo estão organizados em quadros, separando a legislação quanto à esfera (federal ou estadual), instrumento (número da legislação), data do instrumento e uma breve explicação da legislação. Os tópicos estão separados conforme solicitado pelo Termo de Referência - TR nº.

### Políticas e licenciamento ambiental

Quadro 5.1‑1: Legislação de política e licenciamento ambiental aplicável ao empreendimento.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ESFERA** | **INSTRUMENTO** | **DATA** | **LEGISLAÇÃO** |
| Federal | Lei nº6.938 | 31/08/1981 | Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. |
| Federal | Lei nº 7.347 | 24/07/1985 | Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico [(VETADO)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Mensagem_Veto/anterior_98/Mvep359-85.htm) e dá outras providências. |
| Federal | Resolução CONAMA nº 001/1986 | 23/01/1986 | Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da PNMA. |
| Federal | Resolução CONAMA nº 006/1986 | 24/01/1986 | Dispõe sobre a aprovação de modelos para publicação de pedidos de licenciamento. |
| Federal | Resolução CONAMA nº 009 | 03/12/1987 | Dispõe sobre a realização de Audiências Públicas no processo de licenciamento ambiental. |
| Estadual | Lei n° 11.411 | 28/12/1987 | Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente e cria o Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA). |
| Federal | Resolução CONAMA nº 001/1986 | 13/06/1988 | Dispõe sobre o Cadastro Técnico Federal de atividades e instrumentos de defesa ambiental. |
| Federal | Lei nº 7.797 | 10/07/1989 | Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências. |
| Federal | Lei nº 7.804 | 18/07/1989 | Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação; a Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989; a Lei nº 6.803, de 2 de julho de 1980; e dá outras providências. |
| Estadual | Constituição Estadual | 05/10/1989 | Dispõe sobre as questões específicas da área Ambiental do estado de Santa Catarina. |
| Federal | Resolução CONAMA n° 008/1990 | 06/12/1990 | Dispõe sobre o estabelecimento de limites máximos de emissão de poluentes no ar para processos de combustão externa de fontes fixas de poluição |
| Federal | Portaria nº 337 | 22/04/1994 | Institui o SINTREL – Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica e define as diversas competências dos órgãos a ele associados. |
| Federal | Resolução CONAMA n° 4 | 4/05/1994 | Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no estado de Santa Catarina. |
| Federal | Lei nº 9.427 | 26/12/1996 | Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), define as competências dessa autarquia e disciplina o regime de concessões de serviços públicos de energia elétrica. |
| Federal | Resolução CONAMA nº 237 | 19/12/1997 | Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental, alterando a Resolução CONAMA n.º 1/86 (revogando os art. 3.º e 7.º). |
| Federal | Lei nº 9.605 | 12/02/1998 | Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências. |
| Federal | Lei nº 9.795 | 27/04/1999 | Dispõe sobre a educação ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental. |
| Federal | Resolução CONAMA n° 273 | 29/11/2000 | Estabelece diretrizes para o licenciamento ambiental de postos de combustíveis e serviços e dispõe sobre a prevenção e controle da poluição. |
| Federal | Lei nº 10.165 | 27/12/2000 | Altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.  Institui a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA). |
| Federal | Portaria IPHAN n.º 230 | 17/12/2002 | Regulamenta quais os estudos e procedimentos necessários para a obtenção de licença prévia (LP), de instalação (LI) e de operação (LO) no curso do processo de licenciamento ambiental |
| Estadual | Instrução Normativa IMA n° 46 | 10/2007 | Define a documentação necessária à Reposição Florestal, nos termos da Lei Federal nº 4.771/65, Decreto Federal nº 5.975/06 e Instrução Normativa nº 06/06 do Ministério do Meio Ambiente (MMA), e estabelece critérios para apresentação do projeto florestal. |
| Estadual | Lei nº 14.262 | 21/12/2007 | Dispõe sobre a taxa de prestação de serviços ambientais. |
| Federal | Decreto Federal n.º 6.514 | 22/07/2008 | Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas em relação ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações e dá outras providências. |
| Estadual | Lei n° 14.652 | 13/01/2009 | Institui a avaliação integrada da bacia hidrográfica para fins de licenciamento ambiental e estabelece outras providências. |
| Federal | Decreto Federal nº 6.792 | 10/03/2009 | Altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, para dispor sobre a composição e funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). |
| Estadual | Lei n° 14.675 | 12/04/2009 | Institui o Código Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina e dispõe sobre as atividades sujeitas ao licenciamento Ambiental. |
| Federal | Decreto n° 6.848 | 14/05/2009 | Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental. |
| Estadual | Lei nº 15.133 | 19/01/2010 | Institui a Política Estadual de Serviços Ambientais e regulamenta o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais no estado de Santa Catarina, instituído pela lei nº 14.675, de 2009, e estabelece outras providências. |
| Federal | Resolução CONAMA nº 60 | 17/12/2010 | Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a autorização do órgão responsável pela administração da unidade de conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências. |
| Federal | Portaria IBAMA n.º 12 | 05/08/2011 | Estabelece as diretrizes para a emissão de autorizações de captura, coleta e transporte de material biológico, visando a realização de atividades de levantamento, monitoramento e resgate/salvamento de fauna no âmbito dos processos de licenciamento ambiental federal. |
| Federal | Portaria MMA n.º 421 | 26/10/2011 | Dispõe sobre o licenciamento e a regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica e dá outras providências. |
| Federal | Portaria nº 420 | 26/10/2011 | Dispõe sobre procedimentos a serem aplicados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) na regularização e no licenciamento ambiental das rodovias federais. |
| Federal | Instrução Normativa IBAMA nº 14 | 27/10/2011 | Altera e acrescentam-se dispositivos à Instrução Normativa nº 184/2008, que dispõe sobre o procedimento de licenciamento ambiental. |
| Federal | Lei Complementar no 140 | 08/12/2011 | Complementa o Art. 23 da Constituição Federal, visando à cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora. Em seu Art. 2º, conceitua o termo 'licenciamento ambiental'. |
| Federal | Instrução Normativa IBAMA n.º 2 | 27/03/2012 | Estabelece as bases técnicas para programas de educação ambiental apresentados como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo IBAMA. |
| Estadual | Instrução Normativa nº 62 | 29/03/2012 | Definir a documentação necessária à Autorização Ambiental (AuA) ou Licença Ambiental por Compromisso (LAC) para o Levantamento, Salvamento, Monitoramento e Manejo/Controle de Fauna Silvestre com vistas à realização de estudos e procedimentos relacionados a empreendimentos/atividades, sujeitos ao licenciamento ambiental no âmbito estadual. |
| Federal | Lei nº 12.783 | 11/01/2013 | Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária; altera as Leis nºs 10.438, de 26 de abril de 2002, 12.111, de 9 de dezembro de 2009, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 10.848, de 15 de março de 2004; revoga dispositivo da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993; e dá outras providências. |
| Estadual | Lei n° 16.283 | 20/12/2013 | Altera os dispositivos da Lei Estadual n.º 14.675 de 12 de abril de 2009. |
| Estadual | Lei n° 16.342 | 21/01/2014 | Altera os dispositivos da Lei Estadual n° 16.342 de 20 de dezembro de 2014 |
| Estadual | Lei n° 16.590 | 19/01/2015 | Unifica o licenciamento ambiental das obras públicas em Santa Catarina. |
| Federal | Portaria Interministerial nº 60 | 24/03/2015 | Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do IBAMA. |
| Estadual | Decreto n° 402 | 21/10/2015 | Regulamenta o Capítulo IV-A do Título IV da Lei nº 14.675, de 2009, implantando o Programa de Regularização Ambiental (PRA) em Santa Catarina, e estabelece outras providências. |
| Estadual | CONSEMA n° 98 | 05/05/2017 | Aprova a Lei Estadual nº 14.675 e define os estudos ambientais necessários. |
| Estadual | Lei nº 17.354 | 10/12/2017 | Dispõe sobre a criação do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA), extingue a Fundação do Meio Ambiente (FATMA) e estabelece outras providências. |
| Federal | Instrução Normativa IBAMA nº 6 | 15/02/2018 | Institui, no âmbito do IBAMA, a regulamentação dos procedimentos necessários à aplicação da conversão de multas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente. |
| Federal | Instrução Normativa IBAMA n.º 11 | 13/04/2018 | Altera a Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, que regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) e dá outras providências. |
| Federal | Instrução Normativa IBAMA nº 12 | 13/04/2018 | Institui o Regulamento de Enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais. |
| Federal | Instrução Normativa FCP nº 1 | 31/10/2018 | Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pela Fundação Cultural Palmares nos processos de licenciamento ambiental de obras, atividades ou empreendimentos que impactem comunidades quilombolas. |
| Estadual | Instrução Normativa IMA n° 45 | 12/2018 | Define os documentos requeridos para o licenciamento Ambiental e estabelece os critérios para os planos, programas e projetos ambientais de redes de transmissão de energia elétrica. |
| Federal. | Instrução Normativa IBAMA nº 8 | 20/02/2019 | [Estabelece os procedimentos administrativos no âmbito do Ibama para a delegação de licenciamento ambiental de competência federal para Órgão Estadual de Meio Ambiente (OEMA) ou Órgão Municipal de Meio Ambiente (OMMA).](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/65393173) |
| Estadual | Portaria IMA n° 68 | 15/03/2019 | Estabelece-se a rede de fiscalização |
| Federal | Decreto nº 8437 | 11/04/2019 | Regulamenta o disposto no art. 7º, caput, inciso XIV, alínea "h", e parágrafo único, da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para estabelecer as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União. |
| Estadual | Portaria IMA n° 125 | 26/04/2019 | Disciplina o acesso remoto do Sistema de Licenciamento Ambiental. |
| Estadual | Portaria Conjunta IMA/CPMA nº 143 | 06/06/2019 | Estabelece os procedimentos para apuração de infrações administrativas ambientais por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, instrumentalizados mediante o devido processo legal, através do qual serão apuradas as responsabilidades por infrações ambientais, com imposição das sanções, a defesa, o sistema recursal e a execução administrativa de multas.  no âmbito dos órgãos executores da Política Estadual do Meio Ambiente. |
| Federal | Portaria nº 6.730 | 09/03/2020 | Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 01 — Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais. |
| Estadual | Instrução Normativa nº 34 | 02/2020 | Atividades sujeitas ao Cadastro Ambiental. |
| Federal | Instrução Normativa nº 12 | 20/08/2021 | Regulamenta a obrigação de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental e revoga os atos normativos consolidados, em atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro.  2019, e atualiza o rol de ocupações, considerando os profissionais sob fiscalização do Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas e do Conselho Federal dos Técnicos Industriais. |
| Federal | Instrução Normativa nº 13 | 23/08/2021 | Regulamenta a obrigação de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais e revoga os atos normativos consolidados, em atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019. |
| Federal | Portaria nº 51 | 15/07/2022 | Institui a Orientação Técnica Normativa nº 01/2022-Dilic, que consolida o tratamento técnico e regulatório a ser dado ao tema de abertura de picadas e trilhas no âmbito dos processos de licenciamento ambiental federal, na forma do Anexo desta Portaria. |
| Estadual | Instrução Normativa n.º 00 | 17/11/2022 | Estabelece as diretrizes gerais aplicáveis aos processos de licenciamento ambiental para todas as atividades no estado de Santa Catarina. |

### Uso e ocupação do solo

Quadro 5.1‑2: Legislação de uso e ocupação do solo aplicável ao empreendimento.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ESFERA** | **INSTRUMENTO** | **DATA** | **LEGISLAÇÃO** |
| Federal | Decreto Lei nº 227 | 20/02/1967 | Institui o Código de Mineração. |
| Federal | Lei nº 8.987 | 13/02/1995 | Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto na Constituição Federal (Art. 175). |
| Federal | Lei nº 9.074 | 07/07/1995 | Define as normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos. |
| Federal | Parecer DNPM PROGE nº 500 | 12/11/2009 | Instrui sobre o pedido de bloqueio de áreas com processos minerários. |
| Estadual | Lei Ordinária n° 17.492 | 21/01/2018 | Dispõe sobre a responsabilidade territorial urbana, o parcelamento do solo e as novas modalidades urbanísticas, para fins urbanos e rurais no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.  Alterada pelas Leis: 17.987/2020; 18.639/2023 e 19.061/2024.  Revogada parcialmente pela Lei nº 18.653, de 2023. |
| Federal | Decreto Federal nº 9.395 | 30/05/2018 | Prorroga o prazo de inscrição ao Cadastro Ambiental Rural (CAR). |
| Federal | Decreto Federal nº 9.406 | 13/06/2018 | Novo regulamento do código de mineração. Regulamenta o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, e a Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017. |
| Federal | Resolução Normativa da ANEEL nº 919 | 23/02/2021 | Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de Declaração de Utilidade Pública (DUP) de áreas de terra necessárias à implantação de instalações de geração e de transporte de energia elétrica por concessionários, permissionários e autorizados, e revoga a Resolução Normativa nº 740, de outubro/2016. |

### Unidades de Conservação e outras áreas protegidas, além de intervenções legalmente autorizadas.

Quadro 5.1‑3: Legislação das áreas ambientalmente protegidas aplicável ao empreendimento.

| **ESFERA** | **INSTRUMENTO** | **DATA** | **LEGISLAÇÃO** |
| --- | --- | --- | --- |
| Federal | Decreto n° 2.221/1997 | 04/02/1977 | Cria a Reserva Biológica Estadual do Sassafrás, no município de Benedito Novo, Santa Catarina. |
| Federal | Resolução CONAMA n.º 009 | 24/01/1986 | Dispõe sobre a criação de Comissão Especial para estudos do Patrimônio Espeleológico. |
| Federal | Decreto n° 95.818 | 11/03/1988 | Cria a Floresta Nacional de Ibirama, no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências |
| Federal | Decreto Federal nº 99.274 | 06/06/1990 | Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências. |
| Federal | Portaria Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº 887 | 15/06/1990 | Dispõe sobre o uso das cavidades subterrâneas, entre outros. |
| Federal | Decreto Federal nº 99.556 | 01/10/1990 | Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional e dá outras providências. |
| Federal | Lei nº 9.985 | 18/07/2000 | Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. |
| Federal | Resolução CONAMA nº 302 | 20/03/2002 | Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de áreas de preservação permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno. |
| Federal | Resolução CONAMA n.º 303 | 20/03/2002 | Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites das áreas de preservação permanente. |
| Federal | Decreto Federal nº 4.340 | 22/08/2002 | Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e dá outras providências. |
| Federal | Decreto Federal nº 5.092 | 21/05/2004 | Define regras para a identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade. |
| Federal | Decreto Federal s/nº | 04/06/2004 | Cria o Parque Nacional da Serra do Itajaí, nos Municípios de Ascurra, Apiúna, Blumenau, Botuverá, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Presidente Nereu e Vidal Ramos, no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências. |
| Federal | Resolução CONAMA nº 347 | 10/09/2004 | Dispõe sobre a proteção do patrimônio espeleológico. |
| Federal | Deliberação CONABIO n° 39 | 14/12/2005 | Dispõe sobre a aprovação da metodologia para revisão das Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira. |
| Federal | Resolução CONAMA nº 369 | 29/03/2006 | Dispõe sobre a autorização ambiental para intervenção ou supressão de vegetação em área de preservação permanente, APP em casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental. |
| Federal | Decreto MMA nº 5.758 | 13/04/2006 | Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas |
| Federal | Instrução Normativa MMA nº 006 | 15/12/2006 | Dispõe sobre a reposição florestal e o consumo de matéria-prima florestal, e dá outras providências. |
| Federal | Portaria MMA no 09 | 23/01/2007 | Reconhece como áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira as áreas que menciona. |
| Federal | Decreto Federal nº 6.640 | 07/11/2008 | Dá nova redação aos Arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º e acrescenta os Arts. 5-A e 5-B ao Decreto nº 99.556, de 10 de outubro de 1990, que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional. |
| Federal | Instrução Normativa MMA nº 02 | 20/08/2009 | Institui a metodologia para a definição do grau de relevância das cavidades naturais subterrâneas. |
| Federal | Portaria ICMBio nº 078 | 03/09/2009 | Cria o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (CECAV). |
| Federal | Instrução Normativa MMA nº 5 | 08/09/2009 | Dispõe sobre os procedimentos metodológicos para restauração e recuperação das APPs e da Reserva Legal instituídas pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. |
| Federal | Portaria MMA n.º 358 | 30/09/2009 | Institui o Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico. |
| Federal | Portaria MMA nº 223 | 21/06/2016 | Dispõe sobre atualização da lista de Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade nos biomas Caatinga, Cerrado e Pantanal. |
| Federal | Instrução Normativa MMA nº 02 | 30/08/2017 | Define a metodologia para a classificação do grau de relevância das cavidades naturais subterrâneas, conforme previsto no art. 5o do Decreto no 99.556, de 1º de outubro de 1990. |
| Estadual | Instrução Normativa IMA nº 23 | 01/2018 | Define a documentação necessária para a emissão de autorização para a supressão da vegetação nativa em área rural |
| Estadual | Instrução Normativa IMA n° 24 | 07/2018 | Define a documentação necessária para a emissão de autorização para a supressão de vegetação nativa em área urbana. |
| Federal | Portaria MMA nº 463 | 18/12/2018 | Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira ou Áreas Prioritárias para a Biodiversidade. |
| Estadual | Portaria nº 136 | 2018 | Define critérios e procedimentos administrativos para a compensação por supressão de vegetação em Unidades de Conservação administradas pelo IMA, com a finalidade de regularização fundiária. |

### Conservação da fauna e da flora

Quadro 5.1‑4: Legislação de conservação da fauna e flora aplicável ao empreendimento.

| **ESFERA** | **INSTRUMENTO** | **DATA** | **LEGISLAÇÃO** |
| --- | --- | --- | --- |
| Estadual | Deliberação CONSEMA n° 22 | 28/096/2011 | Aprova a viabilidade ambiental do 'Rodoanel Metropolitano Mário Covas – Trecho Norte'. |
| Federal | Lei no 5.197 | 03/01/1967 | Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. |
| Federal | Decreto Federal no 4.339 | 22/08/2002 | Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade. |
| Federal | Instrução Normativa MMA nº 03 | 27/05/2003 | Reconhecem-se como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da lista anexa à presente Instrução Normativa, sendo estas protegidas de modo integral, de acordo com o estabelecido na legislação vigente. |
| Federal | Instrução Normativa IBAMA nº 112/ano de publicação | 21/08/2006 | Estabelece que o Documento de Origem Florestal (DOF) constitui-se em licença obrigatória para o controle do transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais de origem nativa, alterada pelas Instruções Normativas IBAMA nº 134/06 e nº 187/08. |
| Federal | Instrução Normativa IBAMA nº 134 | 22/11/2006 | Altera a Instrução Normativa IBAMA n.º 112/06, que dispõe sobre o DOF. |
| Federal | Lei nº 11.428 | 22/12/2006 | Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. |
| Federal | Instrução Normativa IBAMA nº 146 | 10/01/2007 | Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna, sujeitas ao licenciamento ambiental. |
| Federal | Instrução Normativa IBAMA n.º 134 | 10/09/2008 | Altera a Instrução Normativa IBAMA n.º 112/06, que dispõe sobre o DOF. |
| Federal | Decreto Federal nº 6.660 | 21/11/2008 | Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. |
| Federal | Instrução Normativa IBAMA n.º 06 | 07/04/2009 | Estabelece normas para a emissão da Autorização de Supressão de Vegetação (ASV). |
| Federal | Lei nº 11.934 | 05/05/2009 | Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências. |
| Federal | Instrução Normativa MMA nº 01 | 09/12/2010 | Aprova a Lista de espécies ameaçadas de extinção segundo Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES). |
| Estadual | Resolução CONSEMA nº 002 | 06/12/2011 | Reconhece a Lista Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção no Estado de Santa Catarina e dá outras providências. |
| Federal | Resolução CRMV nº 1.000 | 11/05/2012 | Dispõe sobre procedimentos e métodos de eutanásia em animais e dá outras providências. |
| Federal | Lei nº 12.651 | 25/05/2012 | Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, e dá outras providências. |
| Federal | Lei no 12.727 | 17/10/2012 | Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória nº 2.166/67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do Art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2o do Art. 4º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. |
| Federal | Resolução CFBio no 301 | 08/12/2012 | Dispõe sobre os procedimentos de captura, contenção, marcação, soltura e coleta de animais vertebrados *in situ* e *ex situ*, e dá outras providências. |
| Estadual | Resolução CONSEMA nº 51 | 05/12/2014 | Reconhece a Lista Oficial das Espécies da Flora Ameaçada de Extinção no Estado de Santa Catarina e dá outras providências. |
| Federal | Portaria MMA nº 443 | 17/12/2014 | Reconhece como espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes na 'Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção' e estabelece a lista. |
| Federal | Portaria no 444 | 17/12/2014 | Reconhecem-se como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da 'Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção'. |
| Federal | Instrução Normativa IBAMA nº 8 | 14/07/2017 | Estabelece procedimentos para solicitação da emissão da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico (ACCTMB/Abio) no âmbito do processo de licenciamento ambiental federal. |
| Estadual | Instrução Normativa nº 23 | 10/2018 | Supressão da vegetação nativa em área rural |
| Estadual | Instrução Normativa nº 38 | 10/2018 | Corte de espécies florestais nativas plantadas (ameaçadas de extinção) |
| Estadual | Portaria IMA nº 43 | 18/03/2021 | Dispõe sobre a compensação pelo uso de Área de Preservação Permanente (APP). |
| Estadual | Portaria IMA nº 210 | 26/10/2021 | Regulamenta a compensação pela supressão de espécies ameaçadas de extinção localizadas em fragmentos florestais no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências. |
| Estadual | Instrução Normativa nº 62 | 03/2021 | Definir a documentação necessária para a Autorização Ambiental (AuA) ou Licença Ambiental por Compromisso (LAC) para o Levantamento, Salvamento, Monitoramento e Manejo/Controle de Fauna Silvestre, com vistas à realização.  de estudos e procedimentos relacionados a empreendimentos/atividades sujeitos ao licenciamento ambiental no âmbito estadual. |

### Compensação Ambiental

Quadro 5.1‑5: Legislação de compensação ambiental aplicável ao empreendimento.

| **ESFERA** | **INSTRUMENTO** | **DATA** | **LEGISLAÇÃO** |
| --- | --- | --- | --- |
| Federal | Resolução CONAMA nº 002/1986 | 19/04/1996 | Declara o uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, incisos II e X, do artigo 7º, do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990. |
| Federal | Resolução CONAMA nº 371 | 06/04/2006 | Estabelece diretrizes para os órgãos ambientais quanto ao cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos provenientes de compensação ambiental. |
| Estadual | Lei Nº 14675 | 13/04/2009 | Esta Lei, ressalvada a competência da União e dos Municípios, estabelece normas aplicáveis ao Estado de Santa Catarina, visando à proteção e à melhoria da qualidade ambiental no seu território |
| Federal | Decreto nº 6.848/2009 | 14/05/2009 | Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental. |
| Federal | Instrução Normativa IBAMA nº 8 | 14/07/2011 | Regulamenta, no âmbito do IBAMA, o procedimento de Compensação Ambiental, conforme disposto nos Decretos nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 6.848, de 14 de maio de 2009. |
| Estadual | Portaria IMA n° 156 | 06/07/2018 | Revoga a Portaria FATMA nº 2, de 12 de janeiro de 2010, que estabelece a gradação de impacto ambiental para fins de cobrança de compensação ambiental decorrente do licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental. |
| Estadual | Portaria IMA nº 100 | 21/05/2020 | Estabelece os procedimentos para fins de cumprimento do compromisso de compensação ambiental decorrente do licenciamento ambiental de significativo impacto ambiental. |
| Estadual | Instrução Normativa IMA nº 84 | 16/07/2024 | Estabelece um rito processual claro e detalhado para a compensação da Reserva Legal, essencial para imóveis que, até 22 de julho de 2008, apresentavam remanescentes de vegetação nativa abaixo dos percentuais mínimos estipulados pela lei. |

### Recursos hídricos superficiais e subterrâneos

Quadro 5.1‑6: Legislação de recursos hídricos superficiais e subterrâneos aplicável ao empreendimento.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ESFERA** | **INSTRUMENTO** | **DATA** | **LEGISLAÇÃO** |
| Estadual | Lei nº 6.739 | 16/12/1985 | Cria o Conselho Estadual de Recursos Hídricos. |
| Federal | Lei nº 9.433 | 08/01/1997 | Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do Art. 21 da Constituição Federal e altera o Art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. |
| Federal | Resolução CNRH n.º 32. | 15/10/2003 | Institui a Divisão Hidrográfica Nacional (DNH). |
| Federal | Resolução CONAMA nº 357 | 17/03/2005 | Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes e determina outras providências. |
| Federal | Resolução CNRH nº 65 | 07/12/2006 | Estabelece diretrizes de articulação dos procedimentos para  obtenção da outorga do direito de uso de recursos hídricos  conforme os procedimentos de licenciamento ambiental. |
| Federal | Resolução CNRH nº 91 | 05/11/2008 | Dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento  dos corpos de água superficiais e subterrâneos. |

### Emissões Atmosféricas

Quadro 5.1‑7: Legislação de emissões atmosféricas aplicável ao empreendimento.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ESFERA** | **INSTRUMENTO** | **DATA** | **LEGISLAÇÃO** |
| Federal | Resolução CONAMA nº 005 | 15/06/1989 | Dispõe sobre o Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar (PRONAR). |
| Federal | Resolução CONAMA nº 03 | 22/08/1990 | Dispõe sobre padrões de qualidade do ar, previstos no PRONAR. |
| Federal | Resolução CONAMA nº 436/2011 | 22/12/2011 | Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes  atmosféricos para fontes fixas instaladas ou com solicitação  de licença de instalação anteriores a 2 de janeiro de  2007. |

### Ruídos

Quadro 5.1-8: Legislação sobre ruídos aplicável ao empreendimento.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ESFERA** | **INSTRUMENTO** | **DATA** | **LEGISLAÇÃO** |
| Federal | ABNT NBR 10151 | 31/03/2020[[1]](#footnote-2) | Fixa as condições exigíveis para avaliação da aceitabilidade do ruído em comunidades, independentemente da existência de reclamações. |
| Federal | Portaria MINTER nº 92/80 | 19/07/1980 | Dispõe sobre a emissão de sons e ruídos em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas. |
| Federal | ABNT NBR 10152 | 31/03/2020[[2]](#footnote-3) | Estabelece os níveis de ruído compatíveis com o conforto acústico em ambientes diversos. |
| Federal | Resolução CONAMA nº 01/1986 | 08/03/1990 | Dispõe sobre critérios de padrões de emissão de ruídos decorrentes de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política. |

### Poluição do solo e Efluentes Líquidos

Quadro 5.1‑9: Legislação de poluição do solo e efluentes líquidos aplicável ao empreendimento.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ESFERA** | **INSTRUMENTO** | **DATA** | **LEGISLAÇÃO** |
| Federal | Instrução Normativa IBAMA n.º 10 | 17/08/2011 | Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro de pessoas físicas ou jurídicas no Cadastro Técnico Federal que desempenham atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais. |
| Federal | Resolução CONAMA nº 430 | 13/05/2011 | Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). |
| Estadual | Instrução Normativa nº 50 | 29/07/2019 | Definir a documentação necessária ao licenciamento e estabelecer critérios para apresentação dos planos, programas e projetos ambientais para o serviço de coleta e transporte rodoviário de efluentes. |

### Resíduos Sólidos

Quadro 5.1-10: Legislação sobre resíduos sólidos aplicável ao empreendimento.

| **ESFERA** | **INSTRUMENTO** | **DATA** | **LEGISLAÇÃO** |
| --- | --- | --- | --- |
| Federal | NR 25 | 06/07/1978 | Estabelece a correta destinação de resíduos industriais. |
| Federal | NBR ABNT 11.174 | 30/07/1990 | Fixa condições para o armazenamento de resíduos das classes II - não inertes e III – inertes. |
| Federal | Resolução CONAMA n.º 275 | 25/04/2001 | Estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva. |
| Federal | Resolução CONAMA n° 307 | 05/07/2002 | Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. |
| Federal | Resolução CONAMA nº 348 | 16/08/2004. | Altera a Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos. |
| Federal | NBR ABNT 10.004 | 30/11/2004 | Classifica os resíduos sólidos quanto aos seus riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, para que estes resíduos possam ter manuseio e destinação adequados. |
| Federal | Lei nº 12.305 | 02/08/2010 | Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. |
| Federal | Resolução CONAMA nº 448 | 18/01/2012 | Altera os Arts. 2º, 4º, 5º, 6º, 8º, 9º, 10 e 11 da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). |
| Federal | Resolução CONAMA n.º 469 | 29/07/2015. | Altera a Resolução CONAMA n.º 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. |

### Saúde Pública e Saneamento Básico

Quadro 5.1‑11: Legislação de saúde pública e dos trabalhadores, saneamento ambiental e segurança do trabalho aplicável ao empreendimento.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ESFERA** | **INSTRUMENTO** | **DATA** | **LEGISLAÇÃO** |
| Federal | NR 12 | 06/07/1978 | Define referências técnicas, princípios fundamentais e medidas de proteção para garantir a saúde e a integridade física dos trabalhadores e estabelece requisitos mínimos para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho nas fases de projeto e de utilização de máquinas e equipamentos de todos os tipos. |
| Federal | NR 15 | 06/07/1978 | Estabelece as atividades e operações insalubres e define limites de tolerância. |
| Federal | NR 16 | 06/07/1978 | Estabelecem-se as atividades e operações perigosas. |
| Federal | NR 21 | 06/07/1978 | Estabelece condições para trabalhos a céu aberto. |
| Federal | NR 23 | 06/07/1978 | Estabelece medidas de prevenção de incêndios, em conformidade com a legislação estadual e as normas técnicas aplicáveis. |
| Federal | NR 01 | 06/07/1978 | Define as disposições gerais sobre segurança e medicina do trabalho. |
| Federal | Portaria SEPRT nº 915 | 30/07/2019 | Promove a harmonização de termos técnicos e estabelece novas regras para capacitação e treinamento em segurança do trabalho, revogando a NR-02 e aprovando a nova redação da NR-01. |
| Federal | NR 04 | 06/07/1978 | Estabelece a obrigatoriedade dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho. |
| Federal | NR 05 | 06/07/1978 | Estabelece Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. |
| Federal | NR 06 | 06/07/1978 | Dispõe sobre a utilização dos equipamentos de proteção individual (EPIs). |
| Federal | NR 07 | 06/07/1978 | Dispõe sobre a obrigatoriedade e implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO. |
| Federal | Portaria MS nº 45 | 13/12/2007 | Dispõe sobre a emissão do Laudo de Avaliação do Potencial Malarígeno (LAPM) e do Atestado de Condição Sanitária (ATCS) pelas Secretarias de Estado da Saúde pertencentes à Amazônia Legal, estabelece parâmetros para o repasse de recursos e padroniza os procedimentos para estudos entomológicos. |
| Federal | Resolução Normativa da ANEEL nº 398 | 23/03/2010 | Regulamenta a Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009, no que se refere aos limites à exposição humana a campos elétricos e magnéticos originários de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. |

### Comunidades indígenas, quilombolas, pesqueiras e outras tradicionais.

Quadro 5.1-12: Legislação de territórios tradicionais e outras comunidades aplicáveis ao empreendimento.

| **ESFERA** | **INSTRUMENTO** | **DATA** | **LEGISLAÇÃO** |
| --- | --- | --- | --- |
| Federal | Decreto Federal nº 6.040 | 07/02/2007 | Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. |
| Federal | Instrução Normativa nº 57 | 20/10/2009 | Estabelece procedimentos do processo administrativo para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e  registro das terras ocupadas pelos remanescentes de comunidades dos quilombos. |
| Federal | Portaria Interministerial nº 60 | 24/03/2015 | Estabelecem-se procedimentos administrativos que regulamentam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de  licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). |
| Federal | Instrução Normativa INCRA nº 111 | 22/12/2021 | Dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária nos processos de licenciamento ambiental de obras, atividades ou empreendimentos que impactam terras quilombolas. |
| Federal | Instrução Normativa INCRA nº 112 | 22/12/2021 | Dispõe sobre procedimentos para anuência do uso de áreas em projetos de assentamento do Incra, por atividades ou empreendimentos minerários, de  energia e infraestrutura. |

### Patrimônio Cultural, Artístico, Histórico e Arqueológico

Quadro 5.1‑13: Legislação de patrimônio cultural, artístico, histórico e arqueológico aplicável ao empreendimento.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ESFERA** | **INSTRUMENTO** | **DATA** | **LEGISLAÇÃO** |
| Federal | Decreto Lei nº 25 | [30/11/1937](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm) | Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. |
| Federal | Memorando CNA/DEPAM/IPHAN nº 14 | 11/12/2012 | Revoga as instruções contidas no Memorando Circular 002/2008 de 16 de maio de 2008, que dispõe sobre a realização de diagnósticos arqueológicos não interventivos na fase de licença prévia nos processos de licenciamento ambiental. |
| Federal | Instrução Normativa IPHAN n.º 1 | 25/03/2015 | Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. |
| Federal | Portaria nº 361 | 14/09/2017 | Institui o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como sistema oficial de gestão de processos e documentos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, define normas, rotinas e procedimentos de instrução do processo eletrônico, e dá outras providências. |

### Legislação Municipal

A seguir temos a relação da legislação básica ambiental dos municípios localizados na Área de Influência (AI) do empreendimento.

Quadro 5.1‑14: Legislação municipal ambiental aplicável ao empreendimento.

| **MUNICÍPIO** | **LEGISLAÇÃO** |
| --- | --- |
| Brunópolis | * Lei Orgânica do município de Brunópolis de 05/08/2009 e suas atualizações. * Lei Complementar n° 029 de 19/08/2000 – Institui o Plano Diretor Físico Territorial, dispõe sobre as normas, fixa objetivos e diretrizes urbanísticas do município de Brunópolis e dá outras providências. * Decreto nº 050 de 07/10/2029 – Estabelece procedimentos para licenciamento ambiental no âmbito do município e dá outras providências. * Lei Complementar nº 032 de ago. 2009 – Dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano (zoneamento) da sede do município de Brunópolis e dá outras providências. |
| Curitibanos | * Lei Orgânica do município de Curitibanos de 31/10/1903 e suas atualizações. * Lei Complementar n° 45 de 2006 – Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Curitibanos, e dá outras providências. * Lei Complementar nº 47 de 2006 – Dispõe sobre o código de obras do município de Curitibanos e dá outras providências. * Lei Complementar nº 48 de 2006 – Dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos no município de Curitibanos e dá outras providências. |
| Fraiburgo | * Lei Orgânica do município de Friburgo de 05/04/1990 e suas atualizações. * Lei Complementar n° 97 de 09/12/2008 – Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, dispõe sobre as normas, fixa os objetivos e as diretrizes urbanísticas do município de Fraiburgo e dá outras providências. |
| Frei Rogério | * Lei Complementar n° 35 de 27/12/2010 – Institui o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Frei Rogério e dá outras providências. * Lei Orgânica do município de Frei Rogério de 05/04/1990 e suas atualizações. |
| Lebon Régis | * Lei Orgânica do município de Lebon Régis de 05/04/1990 e suas atualizações. * Lei Complementar n° 68, de 25/11/2010 – Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, dispõe sobre as normas, fixa objetivos e diretrizes urbanísticas do município de Lebon Régis e dá outras providências. |
| Mafra | * Lei Orgânica do município de Mafra de 04/05/1990. * Lei Complementar nº 18 de 22/12/2006 – Institui o Plano Diretor Participativo do município de Mafra e dá outras providências. * Lei nº 1221 de 20/09/1982 – Institui o código de obras do município de Mafra. * Lei Complementar n° 86 de 22/09/2022 – Dispõe sobre o ordenamento territorial, definindo o zoneamento, uso e ocupação do solo, sistema viário do perímetro urbano da sede do município de Mafra. |
| Major Vieira | * Lei orgânica do município de Major Vieira de 05/04/1990. * Lei Complementar n° 10 de 22/12/2004 – Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento do município de Major Vieira. |
| Monte Castelo | * Lei Complementar n° 02 de 26/06/2009 – Institui o Plano Diretor do município de Monte Castelo e dá outras providências. * Lei orgânica do município de Monte Castelo de 30/03/1990 e suas atualizações. |
| Papanduva | * Lei orgânica do município de Papanduva de 05/04/1990. * Lei Complementar n° 20 de 10/10/2006 – Institui o Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Territorial de Papanduva e dá outras providências. |
| Santa Cecília | * Lei orgânica do município de Santa Cecília de 05/04/1990. * Lei Complementar n° 26 de 03/12/2010 – Institui o Plano Diretor de desenvolvimento municipal, dispõe sobre as normas, fixa objetivos e diretrizes urbanísticas do município de Santa Cecília e dá outras providências. * Lei Ordinária nº 1.753/2013 – Dispõe sobre a criação do conselho e do fundo municipal do meio ambiente no âmbito do município de Santa Cecília e dá outras providências. |
| Três Barras | * Lei Orgânica do Município de Três Barras de abril de 1990. * Lei Ordinária nº 384 de 1976 – Institui o Plano Diretor Físico Territorial. |
| Vargem | * Lei Orgânica do Município de Vargem de dezembro/1995. * Lei Complementar nº 11, de 27 de novembro de 2003 – Institui o Plano Diretor Físico Territorial, dispõe sobre as normas, fixa objetivos e diretrizes urbanísticas de Vargem e dá outras providências. * Lei Complementar n.º 06, de 23 de agosto de 2016 – Dispõe sobre o uso, ocupação e parcelamento do solo do município de Vargem e dá outras providências. |
| Antônio Olinto | * Lei orgânica do município de Antônio Olinto de 05/04/1990. * Lei Complementar nº 02 de 12/04/2013 – Aprova o Plano Diretor Municipal de Antônio Olinto e dá outras providências. |
| Lapa | * Lei orgânica do município de Lapa de 17/03/2020. * Lei nº 3.700 de 20/03/2020 – Institui a revisão do Plano Diretor Municipal da Lapa, estabelece as diretrizes para o planejamento do município e dá outras providências. |

## A Legislação Técnica Aplicável ao Empreendimento

Os empreendimentos de transmissão de energia do porte da futura LT 525 Abdon Batista – Curitiba Oeste e Subestação Curitiba Oeste exigem diversas legislações e normativas técnicas pertinentes em nível federal, estadual e municipal.

Quadro 5.2‑1: Legislação técnica aplicável ao empreendimento.

| **ESFERA** | **INSTRUMENTO** | **DATA** | **LEGISLAÇÃO** |
| --- | --- | --- | --- |
| Federal | Resolução ANEEL nº 265 | 110/06/2003 | Estabelece as condições para o exercício da atividade de comercialização de energia elétrica. |
| Federal | Decreto-Lei nº 3.365 | 21/06/1941 | Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. |
| Federal | Decreto nº 35.851 | 16/07/1954 | Regulamenta o art. 151, alínea 'c', do Código de Águas (Decreto nº 26.643, de 10 de julho de 1934). |
| Federal | Portaria nº 3.214 | 08/06/1978 | Aprova as Normas Regulamentadoras (NR) do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho. |
| Federal | Decreto n° 83.399 | 03/05/1979 | Regulamenta o Capítulo III do Título IV do Código Brasileiro do Ar (Zonas de Proteção de Aeródromos, Helipontos e Auxílios à Navegação Aérea). |
| Federal | Decreto n° 84.398 | 16/01/1980 | Dispõe sobre a ocupação de faixas de domínio de rodovias e terrenos de domínio público e travessias de hidrovias, rodovias e ferrovias, por linhas de transmissão, subtransmissão e distribuição de energia elétrica e dá outras providências. |
| Federal | ABNT NBR 7095 | 30/12/1981 | Fixa as condições exigíveis das ferragens eletrotécnicas, usadas em linhas aéreas de transmissão e subestações de altas e extra altas tensões. Atualizada em 1998. |
| Federal | ABNT NBR 7107 | 30/12/1981 | Estabelece os requisitos para aceitação e recebimento de cupilhas para conchas de engates concha e bola. Atualizada em 1988. |
| Federal | Decreto nº 86.859 | 19/01/1982 | Altera o Decreto nº 84.938, de 16/01/1980, que dispõe sobre a ocupação de faixas de domínio de vias de transporte e de terrenos de domínio público, além da travessia de vias de transporte por linhas de transmissão, subtransmissão e distribuição de energia elétrica. |
| Federal | ABNT NBR 5908 | 30/03/1982 | Fixa as condições exigíveis para cordoalhas de sete fios de aço zincados utilizadas em cabos para-raios, para uso em linhas de transmissão de energia elétrica. |
| Federal | ABNT NBR 8449 | 30/04/1984 | Estabelece critérios para o dimensionamento de cabos para-raios para linhas aéreas de transmissão e de subtransmissão de energia elétrica. |
| Federal | ABNT NBR 7181 | 30/12/1984 | Prescreve o método para análise granulométrica de solos, realizada por peneiramento ou por combinação de sedimentação e peneiramento. |
| Federal | ABNT NBR 5422 | 03/1985 | Fixa as condições básicas para o projeto de linhas aéreas de transmissão de energia elétrica com tensão máxima, valor eficaz fase-fase, acima de 38 kV e não superior a 800 kV, de modo a garantir níveis mínimos de segurança e limitar perturbações em instalações próximas. |
| Federal | ABNT NBR 9604 | 30/09/1986 | Fixa as condições exigíveis para os procedimentos básicos na abertura de poços e trincheiras, bem como os critérios para a retirada de amostras deformadas e indeformadas de solo. Atualizada em 2016. |
| Federal | ABNT NBR 7109 | 30/06/1987 | Padroniza as dimensões e as características mínimas exigíveis de unidades de isoladores de disco, classe B, com dielétricos de porcelana ou vidro temperado, para utilização em sistemas de corrente alternada, com tensão nominal maior que 1.000 V e frequência menor que 100 Hz, para uso externo. Atualizada em 2009. |
| Federal | ABNT NBR 6123 | 30/06/1988 | Fixa as condições exigíveis na consideração das forças devidas à ação estática e dinâmica do vento, para efeitos de cálculo de edificações. |
| Federal | ABNT NBR 5460 | 30/04/1992 | Define termos relacionados com sistemas elétricos de potência, explorados por concessionários de serviços públicos de energia elétrica. |
| Federal | ABNT NBR 12235 | 30/04/1992 | Fixa as condições exigíveis para o armazenamento de resíduos sólidos perigosos de forma a proteger a saúde pública e o meio ambiente. |
| Federal | ABNT NBR 7229 | 30/09/1993 | Fixa as condições exigíveis para o projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos, incluindo tratamento e disposição de efluentes e lodo sedimentado. |
| Federal | ABNT NBR 13133 | 30/05/1994 | Fixa as condições exigíveis para a execução de levantamento topográfico. |
| Federal | Lei nº 8.987 | 13/02/1995 | Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, alterada pela Lei 9.074/95. |
| Federal | Lei nº 9.074 | 07/07/1995 | Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos. Altera a Lei 8.987/95. Alterada pelas Leis 9.648/98 e 10.848/04. Regulamentada, em parte, pelo Decreto 6.160/07. |
| Federal | ABNT NBR 6502 | 30/09/1995 | Define os termos relativos aos materiais da crosta terrestre, rochas e solos, para fins de engenharia geotécnica de fundações e obras de terra. |
| Federal | Decreto nº 1.717 | 24/11/1995 | Estabelece procedimentos para a prorrogação das concessões dos serviços públicos de energia elétrica de que trata a Lei 9.074/95. |
| Federal | Lei nº 9.427 | 26/12/1996 | Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica. Alterada pelas Leis nº 9.648/1998, nº 10.438/2002, nº 10.848/2004 e nº 12.111/2009. |
| Federal | Lei nº 9.427 | 26/12/1996 | Regula e fiscaliza a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. |
| Federal | ABNT NBR 5349 | 28/02/1997 | Especifica as características dos cabos nus de cobre mole, revestidos ou não, de seção circular, para fins elétricos. |
| Federal | ABNT NBR 9820 | 30/09/1997 | Fixa as condições exigíveis para a coleta, acondicionamento e transporte de amostras indeformadas de solos de baixa consistência em furos de sondagem, para fins de engenharia geotécnica. |
| Federal | Decreto nº 2.335 | 06/10/1997 | Constitui a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Alterado pelo Decreto 2.364/97. |
| Federal | Decreto nº 2.364 | 05/11/1997 | Altera o Decreto n.º 2.335/97, que constitui a ANEEL. |
| Federal | Decreto nº 2.335 | 06/11/1997 | Regulamenta as competências da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). |
| Federal | Lei nº 9.648 | 27/05/1998 | Altera dispositivos das Leis nº 9.074/95 e nº 9.427/96 e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação da Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS e de suas subsidiárias. Alterada pelas Leis nº 10.438/02, nº 10.848/04 e nº 12.111/09. |
| Federal | Resolução ANEEL n.º 351 | 11/11/1998 | Autoriza o Operador Nacional do Sistema Elétrico (NOS) a executar as atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados. |
| Federal | Resolução ANEEL nº 112 | 18/05/1999 | Estabelece os requisitos necessários à obtenção de Registro ou Autorização para a implantação, ampliação ou repotenciação de centrais geradoras termelétricas, eólicas e de outras fontes alternativas de energia. |
| Federal | Resolução ANEEL nº 281 | 01/10/1999 | Estabelece as condições gerais de contratação do acesso, compreendido o uso e a conexão, sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica. |
| Federal | Resolução ANEEL nº 066. | 22/02/2001 | Estabelece a composição da Rede Básica do sistema elétrico interligado brasileiro, suas conexões e as respectivas empresas usuárias das instalações. |
| Federal | ABNT NBR 6484 | 28/02/2001 | Prescreve o método de execução de sondagens de simples reconhecimento de solos, com SPT, para aplicações em engenharia civil. |
| Federal | ABNT NBR 14653- 01:2001 | 30/04/2001 | Fixa as diretrizes para avaliação de bens. |
| Federal | ABNT NBR 8813 | 30/12/2001 | Prescreve o método de verificação do poder desaguante de protetivos temporários contra corrosão em superfícies de aço. |
| Federal | Lei nº 10.438 | 26/04/2002 | Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica e dá nova redação às Leis 9.427/96, 9.648/98 e 10.848/04. |
| Federal | Resolução ANEEL nº 249 | 06/05/2002 | Estabelece critérios e procedimentos para a definição de encargos tarifários relativos à aquisição de energia elétrica e à contratação de capacidade de geração ou potência pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE) e dá outras providências. |
| Federal | Decreto nº 4.541 | 23/12/2002 | Regulamenta os arts. 3º, 13, 17 e 23 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, a recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) e a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). |
| Federal | Resolução ANEEL nº 259 | 09/06/2003 | Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, de áreas de terras necessárias à implantação de instalações de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica, por concessionários, permissionários ou autorizados, e revoga o Art. 21 da Resolução ANEEL 395/98. |
| Federal | Lei Complementar nº 116 | 31/07/2003 | Dispõe sobre o imposto sobre serviços de qualquer natureza, de competência dos municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. |
| Federal | Lei nº 10.848 | 15/03/2004 | Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica. Altera as Leis 9.074/95, 9.427/96, 9.648/98 e 10.438/02. Alterada pela Lei 12.111/09. |
| Federal | Decreto nº 5.081 | 14/05/2004 | Regulamenta os Arts. 13 e 14 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, e o art. 23 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que tratam do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). |
| Federal | ABNT NBR 14653- 3:2004 | 31/05/2004 | Detalha as diretrizes e padrões específicos de procedimentos para a avaliação de imóveis rurais. |
| Federal | Decreto nº 5.163 | 30/07/2004 | Regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica. Alterado pelos Decretos 5.249/04, 5.271/04, 5.597/05, 5.911/06, 6.048/07, 6.210/07, 6.353/08, 7.129/10, 7.317/10 e 7.521/11. |
| Federal | Decreto nº 5.177 | 12/08/2004 | Regulamenta os Arts. 4º e 5º da Lei 10.848/04, e dispõe sobre a organização, as atribuições e o funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Alterado pelo Decreto 6.353/08. |
| Federal | Lei n° 10.954/2004 | 29/09/2004 | Institui, no âmbito do Programa de Resposta aos Desastres, o Auxílio Emergencial Financeiro para atendimento à população atingida por desastres, residentes nos Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência, dá nova redação ao § 2º do art. 26 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, ao art. 2º-A da Lei nº 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, e dá outras providências. |
| Federal | ABNT NBR 5410 | 30/09/2004 | Estabelece as condições a que devem satisfazer as instalações elétricas de baixa tensão, a fim de garantir a segurança de pessoas e animais, o funcionamento adequado da instalação e a conservação dos bens. |
| Federal | Decreto nº 5.249 | 20/10/2004 | Dá nova redação ao inciso XI do § 2o do art. 1º do Decreto 5.163/04, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica. |
| Federal | Decreto n.º 5.271 | 16/11/2004 | Altera dispositivos do Decreto 5.163/04, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica. |
| Federal | ABNT NBR ISO 14.001 | 31/12/2004 | Especifica os requisitos relativos a um sistema de gestão ambiental. |
| Federal | ABNT NBR 7276 | 29/07/2005 | Estabelece os critérios mínimos para a sinalização de advertências em linhas aéreas de transmissão de energia elétrica, doravante designadas linhas ou LT, relativos à sua segurança física e operacional, bem como à de terceiros. |
| Federal | ABNR NBR 15237 | 29/07/2005 | Estabelece os requisitos mínimos para as esferas de sinalização diurna utilizadas nas linhas aéreas de transmissão de energia elétrica, doravante denominadas linhas ou LT. |
| Federal | ABNT NBR 6535 | 29/08/2005 | Fixa os critérios mínimos para sinalização de linhas aéreas de transmissão de energia elétrica (LT), com vistas à segurança da inspeção aérea. |
| Federal | Decreto nº 5.597 | 28/11/2005 | Regulamenta o acesso de consumidores livres às redes de transmissão de energia elétrica e dá outras providências. Altera o § 8o do art. 71 do Decreto 5.163/04. |
| Federal | Decreto nº 5.911 | 27/09/2006 | Estabelece procedimentos para prorrogação das concessões de uso do bem público dos empreendimentos de geração de energia elétrica, conforme o art. 17 da Lei 10.848/04. Altera o Decreto 5.163/04. Alterado pelo Decreto 7.317/10. |
| Federal | ABNT NBR 15421 | 30/10/2006 | Fixa os requisitos exigíveis para verificação da segurança das estruturas usuais da construção civil relativamente às ações de sismos e os critérios de quantificação destas ações e das resistências a serem consideradas no projeto das estruturas de edificações, relativamente a estas ações, quaisquer que sejam sua classe e destino, salvo os casos previstos em Normas Brasileiras específicas. |
| Federal | ABNT NBR 15415 | 30/10/2006 | Estabelece a metodologia de medição e níveis de referência para exposição a campos elétricos e magnéticos de 50 Hz e 60 Hz para o público geral, ao redor das instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de 1 kV. |
| Federal | Resolução ANEEL nº 022 | 12/12/2006 | Estabelece as condições para a transferência de tecnologia, assistência técnica e prestação de serviços de forma contínua e regular entre agentes do setor de energia elétrica e integrantes do seu grupo controlador. |
| Federal | Resolução nº 247 da ANEEL | 21/12/2006 | Altera as condições gerais da prestação de transmissão e contratação do acesso, compreendendo os Contratos de Prestação do Serviço de Transmissão (CPST), Contratos de Uso de Sistemas de Transmissão (CUST) e os Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCST) vinculados à celebração dos Contratos Iniciais de Compra e Venda de Energia Elétrica. |
| Federal | Decreto n.º 6.048 | 27/02/2007 | Altera os Arts. 11, 19, 27, 34 e 36 do Decreto 5.163/04, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica. |
| Federal | ABNT NBR 5118 | 02/07/2007 | Especifica os requisitos exigíveis para aceitação e/ou recebimento de fios de alumínio 1350 nus, de seção circular, para fins elétricos. |
| Federal | ABNT NBR 6756 | 02/07/2007 | Especifica os requisitos exigíveis para aceitação e/ou recebimento de fios de aço zincados, utilizados na alma de cabos de alumínio e alumínio-liga. |
| Federal | Decreto nº 6.160 | 20/07/2007 | Regulamenta os §§ 1º e 2º do Art. 23 da Lei 9.074/95, com vistas à regularização das cooperativas de eletrificação rural como permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. |
| Federal | Resolução ANEEL nº 279 | 11/09/2007 | Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação e de instituição de servidão administrativa, de áreas de terras necessárias à implantação de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, por concessionários, permissionários e autorizados. Alterada pela Resolução Normativa ANEEL 486/2012. |
| Federal | Decreto n.º 6.210 | 18/09/2007 | Altera dispositivos do Decreto 5.163/04, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica. |
| Federal | ABNT NBR 5356 | 17/12/2007 | Especifica questões relacionadas aos transformadores de potência. Atualizado em 2010. |
| Federal | Decreto nº 6.353 | 16/01/2008 | Regulamenta a contratação de energia de reserva de que trata o § 3º do art. 3º-A da Lei 10.848/04, altera o art. 44 do Decreto 5.163/04 e o art. 2º do Decreto 5.177/04. |
| Federal | ABNT NBR 7271 | 13/02/2009 | Fixa as condições exigíveis para a fabricação, qualificação, aceitação e/ou recebimento de cabos de alumínio nus (CA), empregados em linhas elétricas aéreas. |
| Federal | Lei no 11.934 | 05/05/2009 | Dispõe sobre a exposição humana a campos elétricos e magnéticos. |
| Federal | Lei nº 12.111 | 09/12/2009 | Dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados; altera as Leis 9.074/1995, 9.427/1996 e 10.848/2004; revoga dispositivos da Lei 9.648/1998. Regulamentada pelo Decreto 7.246/2010. |
| Federal | Decreto n.º 7.129 | 11/03/2010 | Dá nova redação ao art. 54 do Decreto 5.163/04, que regulamenta a comercialização de energia elétrica e o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica. |
| Federal | Resolução ANEEL nº 398 | 23/03/2010 | Regulamenta a Lei nº 11.934, no que se refere aos limites à exposição humana a campos elétricos e magnéticos originários de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. |
| Federal | Resolução ANEEL n.º 020 | 18/06/2010 | Aprova o Manual de Procedimentos da Operação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Revisão. |
| Federal | Decreto n.º 7.246 | 28/07/2010 | Regulamenta a Lei 12.111/09, que dispõe sobre o serviço de energia elétrica dos Sistemas Isolados e as instalações de transmissão de interligações internacionais no Sistema Interligado Nacional (SIN). Alterado pelo Decreto 7.355/10. |
| Federal | ABNT NBR 6122 | 20/09/2010 | Estabelece os requisitos a serem observados no projeto e execução de fundações de todas as estruturas da engenharia civil. |
| Federal | Decreto nº 7.317 | 28/09/2010 | Dá nova redação aos Arts. 3º, 18, 24 e 27 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica, e dá outra providência. |
| Federal | ABNT NBR 6547 | 21/10/2010 | Define os termos relacionados a ferragens utilizadas em linhas aéreas de transmissão e de distribuição de energia elétrica. |
| Federal | Decreto nº 7.355 | 05/11/2010 | Acrescenta dispositivo ao Decreto 7.246/10, que dispõe sobre o serviço de energia elétrica dos Sistemas Isolados e as instalações de transmissão de interligações internacionais no Sistema Interligado Nacional (SIN). |
| Federal | ABNT NBR 14.653-2:2011 | 03/02/2011 | Fornece os procedimentos para a avaliação de imóveis urbanos. |
| Federal | Decreto n.º 7.521 | 08/07/2011 | Dá nova redação aos Arts. 24, 36 e 40 do Decreto 5.163/04, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica, e dá outras providências. |
| Federal | ABNT NBR 7108 | 15/09/2011 | Vínculos de ferragens integrantes de isoladores de cadeia – padronização. |
| Federal | ABNT NBR 8451 | 07/12/2011 | Estabelece os requisitos para a fabricação, ensaios, recebimento, manuseio, armazenagem e transporte de postes de concreto armado e protendido, de seção circular, quadrada, retangular ou duplo T, destinados ao suporte de redes aéreas urbanas e rurais de distribuição de energia elétrica, ornamentais e de iluminação, e ramais de ligação de até 1 kV. |
| Federal | Resolução ANEEL nº 486 | 08/05/2012 | Altera a Resolução Normativa ANEEL nº 279/2007. |
| Federal | ABNT NBR 5472 | 25/07/2012 | Define termos relacionados a isoladores para sistemas de potência, não sendo necessariamente aplicável a isoladores destinados a outras finalidades. |
| Federal | Decreto nº 7.805 | 14/09/2012 | Regulamenta a Medida Provisória nº 579/12, convertida na Lei 12.783/13, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. |
| Federal | Lei nº 12.783 | 11/01/2013 | Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária; altera as Leis nos 10.438, de 26 de abril de 2002, 12.111, de 9 de dezembro de 2009, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 10.848, de 15 de março de 2004; revoga dispositivo da Lei no 8.631, de 4 de março de 1993. |
| Federal | Decreto nº 7.891 | 23/01/2013 | Regulamenta a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária, e a Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013. |
| Federal | ABNT NBR 8985-1 | 21/03/2013 | Especifica os requisitos de iluminação para locais de trabalho internos e os requisitos para que as pessoas desempenhem tarefas visuais de maneira eficiente, com conforto e segurança durante todo o período de trabalho. |
| Federal | ABNT NBR 9893 | 27/02/2014 | Aplica-se a cavilhas para pinos e parafusos de articulação, utilizados em isoladores ou em ferragens para redes aéreas de distribuição e linhas de transmissão de energia elétrica. |
| Federal | Decreto nº 8.213 | 21/03/2014 | Altera o Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica. |
| Federal | Resolução ANEEL nº 616 | 23/03/2014 | Estabelece disposições relativas à contratação de auditoria para os Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica |
| Federal | ABNT NBR 6118 | 29/04/2014 | Estabelece os requisitos básicos exigíveis para o projeto de estruturas de concreto simples, armado e protendido, excluídas aquelas em que se emprega concreto leve, pesado ou outros tipos especiais. |
| Federal | ABNT NBR 5032 | 15/10/2014 | Especifica os isoladores para linhas aéreas com tensões acima de 1.000 V; isoladores de porcelana ou vidro para linhas aéreas e subestações de alta tensão. |
| Federal | ABNT NBR 8664 | 13/01/2015 | Estabelece os requisitos para sinalização de identificação de linha aérea de transmissão de energia elétrica, bem como, quando necessário, da sua faixa e/ou de seus acessos. |
| Federal | ABNT NBR 5681 | 27/10/2015 | Estabelece os requisitos mínimos para o procedimento de controle tecnológico da execução de aterros em obras de construção de edificações residenciais, comerciais ou industriais de propriedade pública ou privada. |
| Federal | ABNT NBR 7180 | 30/03/2016 | Especifica o método para a determinação do limite de plasticidade e para o cálculo do índice de plasticidade dos solos. |
| Federal | ABNT NBR 7182 | 29/09/2016 | Especifica um método para determinação da relação entre o teor de umidade e a massa específica aparente seca de solos, quando compactados, de acordo com os procedimentos especificados. |

## Demandas Judiciais/administrativas diversas

1. Versão corrigida [↑](#footnote-ref-2)
2. Versão corrigida [↑](#footnote-ref-3)